

Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Atena Editora



Atena Editora

**GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A864g	Atena Editora. Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável / Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 400 p. : 16.145 kbytes Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web DOI 10.22533/at.ed.721180703 ISBN 978-85-93243-72-1 1. Desenvolvimento sustentável. 2. Gestão ambiental. 3. Meio ambiente. 4. Sustentabilidade. I. Título. CDD 363.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A DRENAGEM URBANA E OS RESÍDUOS SÓLIDOS: DESAFIOS DE SEMPRE NA CIDADE DE ARACAJU/SE

Frances Doglas de Santana Pereira e José Daltró Filho 7

CAPÍTULO II

A RELAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL COM A PRODUTIVIDADE NOS CANTEIROS DE OBRA NO MUNICÍPIO DE ITAPEVA - SP

Julio Cezar Souza Vasconcelos, Fabio Prativiera, Karina Gargalho Fabri, Victor Almeida de Araujo e Juliano Souza Vasconcelos 23

CAPÍTULO III

ADUBAÇÃO NITROGENADA ASSOCIADA A INOCULAÇÃO DE *Bradyrhizobium japonicum* E A QUALIDADE DAS SEMENTES DE SOJA

Alan Mario Zuffo, Fábio Steiner, Aécio Busch, Alan Eduardo Seglin Mendes, Natália Trajano de Oliveira, Everton Vinicius Zambiazzi e Joacir Mario Zuffo Júnior 31

CAPÍTULO IV

ANÁLISE AMBIENTAL E PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ASSENTAMENTO MILAGRE, APODI – RN

Jhonnaldy Nogueira Sena, Cibele Gouveia Costa Chianca, Meise Lopes Araújo, Felipe Augusto Dantas de Oliveira, Raimundo Miguel da Silva Neto e Ana Luísa Pinto Bezerra 43

CAPÍTULO V

ANÁLISE COMPARATIVA DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ENTRE AS CIDADES DE BELO HORIZONTE (BRASIL) E MAPUTO (MOÇAMBIQUE) – UM LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Washington Moreira Cavalcanti e Maria Aparecida Fernandes 51

CAPÍTULO VI

ANALISE DA POLÍTICA AMBIENTAL DO SETOR PRODUTOR DE ERVA MATE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Cibele Rosa Gracioli, Nara Rejane Zamberlan dos Santos e Ana Julia Teixeira Senna Sarmento Barata 72

CAPÍTULO VII

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL DO CULTIVO DE OLEAGINOSA NA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL: O CASO DO CONSÓRCIO DA MAMONA E FEIJÃO EM QUIXADÁ-CEARÁ

José Airton de Araújo Filho, Valter de Souza Pinho, Marcos James Chaves Bessa e Sérgio Horta Mattos 81

CAPÍTULO VIII

ANÁLISE DE ISOLAMENTO TÉRMICO E RESISTÊNCIA AO IMPACTO DE COMPOSITOS PRODUZIDOS COM RESÍDUO DE COCO VERDE

Warlen Librelon de Oliveira, Alexandre Alex Barbosa Xavier, Paulo Sérgio Uliana Junior, Vanessa de Freitas Cunha Lins e Manuel Houmard 92

CAPÍTULO IX

ANÁLISE DOS MODELOS MATEMÁTICOS APLICADOS A DIFERENTES MATRIZES DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS UTILIZADAS NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Warlen Librelon de Oliveira e Alexandre Alex Barbosa Xavier 103

CAPÍTULO X

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR NAS DEPENDÊNCIAS DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADA NA CIDADE DE CARUARU

Mayara Geisemery da Silva Torres e Deivid Sousa Figueiroa 118

CAPÍTULO XI

AVALIAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA DA CO-COMBUSTÃO DE LODO FRIGORÍFICO PRIMÁRIO PARA GERAÇÃO DE VAPOR

Cristiano Meneghini e Renan Fabrício Proinelli 128

CAPÍTULO XII

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA CABECEIRA DE DRENAGEM DE DUAS NASCENTES LOCALIZADAS NA ALTA BACIA DO RIO PREGUINHO, MIRANTE DA SERRA- RONDÔNIA

Jeferson Alberto de Lima e Ridaj Sousa Silva 140

CAPÍTULO XIII

CONHECIMENTO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE – PILARES PARA A CIDADANIA NO SÉCULO XXI

Dayane Clock, Andrea Heidemann, Ana Carolina de Moraes, Nelma Baladin e Therezinha Maria Novais de Oliveira 152

CAPÍTULO XIV

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS COM A INTRODUÇÃO DE FLORESTAS DE EUCALIPTO

Claudio Cesar de Almeida Buschinelli, Sandy Bernardi Falcadi Tedesco Giroto, Bruna Mariá dos Passos e Flávio José Simioni 162

CAPÍTULO XV

DIÁLOGO ENTRE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS AGRÍCOLAS NA LAVORA ARROZEIRA NA LOCALIDADE DE CERRO CHATO, MUNICÍPIO DE AGUDO (RS)

Djulia Regina Ziemann e Nara Rejane Zamberlan dos Santos 177

CAPÍTULO XVI

EM BUSCAR DE UM OLHAR DIFERENTE: REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS NA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM BOA VISTA/RR

Francilene Cardoso Alves Fortes, Heliomara dos Prazeres Silva, Rosiane Costa dos Santos, Pedro Pierre da Cunha Filho e Francinete Cavalcante Gomes 195

CAPÍTULO XVII

ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS PARA O GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NAS MPES DO SETOR GRÁFICO

Paulo Ricardo Cosme Bezerra e Francisco Fernando de Souza Júnior 207

CAPÍTULO XVIII

ESTUDO DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DO LIXIVIADO VIA FENTON E OZONIZAÇÃO CATALÍTICA POR EQUAÇÃO DIFERENCIAL ESTOCÁSTICA

Diovana Aparecida dos Santos Napoleão e Adriano Francisco Siqueira 223

CAPÍTULO XIX

ESTUDO ISOTÉRMICO DA ADSORÇÃO DE ÓLEO SOBRE A ARGILA ATAPULGITA ORGANOFÍLICA

Thianne Silva Batista, Ítalo Barros Meira Ramos, Valdete Campos Silva e Bianca Vianna de Sousa..... 239

CAPÍTULO XX

GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A ADEQUAÇÃO DE OBRAS QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DA QUALIDADE

Aline Ferrão Custódio Pasini, Cibele Zeni e Marcos Roberto Benso 248

CAPÍTULO XXI

GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: O ESTADO DA ARTE

Clayton Robson Moreira da Silva, Laís Vieira Castro Oliveira, Diego Sampaio Vasconcelos Ramalho Lima e Ivaneide Ferreira Farias 258

CAPÍTULO XXII

IMPACTO AMBIENTAL X AÇÃO ANTRÓPICA: UM ESTUDO DE CASO NO IGARAPÉ GRANDE – BARREIRINHA EM BOA VISTA/RR.

Francilene Cardoso Alves Fortes, Raiane da Silva Rabelo, Irene Oliveira Costa, Márcia Maria da Silva, Ana Kelly Mota dos Santos e Lenisse Costa da Silva..... 282

CAPÍTULO XXIII

LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPALIZADO EM MUNICÍPIO DO NORDESTE RIOGRANDENSE

Fábio Battistella, Ernane Ervino Pfüller, Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch, Rodrigo Sanhotene Silva e Gerônimo Rodrigues Prado..... 299

CAPÍTULO XXIV

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E DIAGNOSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DISPOSTOS NOS TERRENOS BALDIOS DO BAIRRO JOSÉ EUCLIDES, SOBRAL/CE

Adriana Alves de Lima e Anna Kelly Moreira da Silva 320

CAPÍTULO XXV

PRÁTICAS AMBIENTAIS EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA À LUZ DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA

Francisca Souza de Lucena Gomes, Lúcia Santana de Freitas e Edlúcio Gomes de Souza..... 332

CAPÍTULO XXVI

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO RIO GRANDE DO NORTE

Amanda Pereira Soares Lima, Joselma Ramos Carvalho dos Santos e Carla Montefusco de Oliveira 345

CAPÍTULO XXVII

RESPOSTA DO AMENDOIM AO MOLIBDÊNIO E A COINOCULAÇÃO DAS SEMENTES COM *Bradyrhizobium* e *Azospirillum*

Fábio Steiner, Alan Mario Zuffo, Aécio Busch, Joacir Mario Zuffo Júnior e Everton Vinicius Zambiazzi 364

CAPÍTULO XXVIII

REUSO DOS RESÍDUOS DE ROCHAS ORNAMENTAIS: UMA ALTERNATIVA
ESTRATÉGICA PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMPRESARIAL DE UMA
MARMORARIA NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ

*Felipe da Silva de Menezes, Flávio Cidade Nuvem Silveira, Sérgio Horta Mattos,
Marcos James Chaves Bessa e Valter de Souza Pinho 375*

CAPÍTULO XXVI

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO RIO GRANDE DO NORTE

**Amanda Pereira Soares Lima
Joselma Ramos Carvalho dos Santos
Carla Montefusco de Oliveira**

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO RIO GRANDE DO NORTE

Amanda Pereira Soares Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte

Joselma Ramos Carvalho dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte

Carla Montefusco de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: Na realidade brasileira, especialmente a partir da década de 1990, é possível identificar movimentos empresariais na direção de debater práticas sociais e ambientalmente responsáveis. Esse movimento é dotado de grande complexidade e carece de análise a partir do entendimento das correlações econômicas, sociais e políticas que permitem repensar as relações entre Estado, mercado e sociedade. A pesquisa ora relatada objetivou apreender um dos elementos centrais na composição de processos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), qual seja: a transparência. O presente artigo analisa o nível de evidenciação socioambiental das empresas de grande porte do Rio Grande do Norte no tocante à inclusão de pessoas com deficiência. De acordo com o Cadastro Industrial do RN (FIERN, 2016), foram identificadas 23 empresas de grande porte no referido estado. Foram pesquisados nos *websites* das empresas componentes da amostra dos relatórios de sustentabilidade e materiais institucionais que fizessem alguma menção a ações de RSE voltadas à inclusão de pessoas com deficiência. Da amostra pesquisada, quatro empresas não dispunham de *website* e uma mantém o *website* restrito. Das dezoito empresas restantes, seis trazem alguma informação pontual sobre projetos referentes à inclusão de pessoas com deficiência, nove não fazem menção a nenhuma ação nessa direção e três explanam com detalhamento suas ações no tocante à inclusão de pessoas com deficiência. É possível inferir que as empresas pesquisadas apresentam baixo nível de evidenciação no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência, demonstrando a relevância de problematizar mais intensamente o debate acerca dessa questão no campo empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão de pessoas com deficiência; Responsabilidade Social Empresarial; Transparência; Evidenciação Sócio Ambiental

1. INTRODUÇÃO

O ideário da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se coloca de modo heterogêneo ao considerar-se as especificidades regionais, bem como a realidade de cada segmento econômico. Não obstante, na realidade brasileira é possível identificar marcos que intensificam o debate em torno da gestão empresarial

socialmente responsável a partir dos anos de 1990. É nesse período que se torna possível identificar, de maneira mais forte, a pressão dos movimentos sociais, em especial dos ambientalistas, e a pressão do público consumidor por produtos e serviços gestados em processos produtivos sociais e ambientalmente responsáveis.

O movimento de internacionalização econômica e os processos de reestruturação produtiva, com ênfase na substituição de padrões produtivos rígidos por mecanismos mais flexíveis de produção, também se fazem fatores importantes na redefinição de estratégias empresariais que caminhem na direção de atender às demandas por práticas de gestão mais sustentáveis.

Por essa compreensão, o referido artigo, parte do projeto de pesquisa intitulado *Responsabilidade Social Empresarial e Transparência: uma análise do nível de evidenciação socioambiental das empresas do Rio Grande do Norte*, objetiva analisar o nível de evidenciação socioambiental das empresas, de grande porte, deste estado no tocante à inclusão das pessoas com deficiência. Os procedimentos metodológicos utilizados para este trabalho consiste em revisão de literatura, bem como pesquisa documental.

As informações foram coletadas nos *websites* das empresas já que, segundo Villiers e Staden (2011), as empresas têm na internet a oportunidade de divulgar diversos dados econômicos, sociais e ambientais, bem como os próprios balanços sociais. Nessa direção, tanto o público em geral, quanto potenciais investidores podem acessar mais informações relevantes para a compreensão da gestão empresarial e dos modos de relacionamento estabelecidos entre empresas e sociedade.

Para fins de coleta dos dados empíricos, foram selecionadas, junto ao cadastro industrial do sistema Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), as empresas caracterizadas como de grande porte, que compunham um total de 23 (Maio, 2016). No período de junho a dezembro de 2016 foram analisados os relatórios de sustentabilidade, bem como os materiais institucionais disponibilizados nos *websites* das empresas selecionadas para a amostra. As informações coletadas foram tratadas a partir da análise de conteúdo. (BARDIN, 2004).

Tendo em vista que um dos indicadores da responsabilidade social é a valorização da diversidade (ETHOS, 2007), a inclusão das pessoas com deficiência consiste em um compromisso ético o qual deve ser adotado pelas empresas, a fim de garantir um processo de gestão pautado na valorização das diferenças. Isto posto, analisou-se nos *websites* evidências de ações acerca da inclusão de pessoas com deficiências, com o propósito de compreender de que forma as grandes empresas do Rio Grande do Norte vêm demonstrando aos seus públicos as informações acerca das ações desenvolvidas com o intuito de promover a inclusão de pessoas com deficiência.

Assim sendo, o artigo aqui apresentado traz um panorama dos conceitos que versam sobre a RSE, pautando-se na perspectiva da heterogeneidade teórica e prática que envolve a dinâmica da gestão social e ambientalmente responsável. Em seguida, são apresentados os parâmetros sob os quais se assentam o debate em

torno da inclusão da pessoa com deficiência no campo da RSE. Subsequentemente demonstram-se os resultados empíricos da investigação, bem como as considerações finais.

2- RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E TRANSPARÊNCIA: PANORAMA CONCEITUAL

Nos termos de Oliveira (2008), a análise em torno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é perpassada por reflexões que englobam aspectos das ciências sociais e humanas. É nessa direção que as proposições em torno da RSE não encerram em si um conceito unívoco, tendo em vista as especificidades de cada país/região, os distintos segmentos empresariais e as diferentes possibilidades analíticas.

O tema, portanto, pode ser analisado por diferentes vieses que perpassam concepções como a ética empresarial, a gestão social, os investimentos sociais sob a ótica privada ou ainda numa perspectiva mais integrativa que inter-relaciona empresas e sociedade, assentado na lógica de que as empresas são partes integrantes da sociedade e, por isso, é na sociedade que devem buscar legitimidade, sendo importante o bom relacionamento com os *stakeholders*. (OLIVEIRA, 2008).

Na reflexão de Teles (2010), a RSE encontra sentido no comprometimento das empresas em ações que se antecipam em coesão social sem que isto esteja atrelado a um simples cumprimento das obrigações legais, mas a um conjunto sistematizado de práticas e preceitos cujo objetivo é atingir a proporcionalidade global ideal do sistema socioeconômico. Ou seja, a RSE se efetiva pela existência do engajamento social da empresa, em que a prática do dever social redunde em respostas às demandas sociais e ambientais postas pela sociedade (KRUEL & WIEDMER, 2013).

A partir da década de 1960, sobretudo nos países de economia avançada, as observações em torno das problemáticas social e ambiental foram se intensificando. Somam-se a esse processo as transformações ocorridas na economia mundial que provocaram mudanças nos formatos de organização da produção e da gestão empresarial.

O modelo gerencial taylorista-fordista que sistematizou o processo de produção, racionalizando-o pela especialização do trabalho e pela linha de produção na perspectiva de atender às necessidades de consumo da massa, entrou em crise ao fim dos anos de 1960. Desse modo, o ritmo de expansão dos países industrializados, que se mantinha relativamente estável desde os primeiros decênios do século XX, recebe freio; fortalecem-se como solução à crise de superprodução os investimentos em tecnologia, a flexibilização dos contratos de trabalho e das atividades produtivas, bem como a internacionalização dos mercados.

Ao mesmo tempo, esse cenário econômico que se delineia mundialmente ao fim do século XX, apesar de guardar especificidades regionais, é carregado de um acirramento das condições de pobreza e de desgastes de recursos naturais e

ambientais. Os modos de organizar os processos produtivos até então foram pouco centrados em preocupações que fossem além do cumprimento do papel econômico das organizações empresariais.

Não obstante, as mudanças nos modos de gerir e fazer negócios, ancorados em perspectivas mais flexíveis de acumulação e a pressão dos movimentos sociais e ambientais por formas mais sustentáveis de organização social, assim como pela garantia e respeito a preceitos básicos dos direitos humanos, se colocam como fundantes para a intensificação do debate acerca dos princípios da gestão empresarial social e ambientalmente responsável.

No Brasil, é possível visualizar que a RSE começa a se delinear também a partir da década de 1960, entretanto, àquela época o ideário da gestão socialmente responsável era fortemente marcado por princípios filantrópicos e cristãos. Como exemplo, tem-se, em 1961, a criação da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa de São Paulo (ADCE-SP), que objetivava difundir a preocupação humanitário-cristã no meio empresarial (KRUEL & WIEDMER, 2013).

No entanto, é na década de 1990 que mais efetivamente é possível identificar no Brasil iniciativas empresariais mais direcionadas à construção de práticas de RSE. O fortalecimento da sociedade civil, a abertura democrática recente e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, colocam em cena novos elementos de conjunção democrática para os quais as empresas são chamadas a atender.

Nessa lógica, o Instituto Ethos, criado em 1998 por um grupo de empresários, exerce papel importante na difusão do ideário da gestão empresarial responsável. O referido instituto preconiza a transparência e a ética como elementos imprescindíveis para a RSE e defende que o sucesso econômico sustentável deve ser implementado por políticas e práticas estabelecidas por abundante critério ético, priorizando o respeito por todo aquele com quem a empresa mantém algum vínculo.

Neto e Froes (2001), na mesma linha conceitual do Ethos, categorizam a RSE por vetores éticos, dimensionados na relação das empresas com os *stakeholders*. O exercício ético das ações de RSE atinge o ponto mais elevado quando as empresas vão além da adoção do respeito por princípios legais e normativos, já que “É na transferência de valores éticos que a empresa exerce a responsabilidade social em sua plenitude. Ao fazê-lo, ela alcança a excelência na gestão da responsabilidade social” (NETO & FROES, 2001, p. 133) e contempla resultados que possibilitam a qualidade de vida de seus próprios funcionários e da comunidade.

Depreende-se, então, que do ideário de valores éticos que compõem o universo empresarial faz parte a transparência das ações socioambientais. Ainda que a RSE se particularize em condições que permitem legitimar ações empresariais não somente pela maximização dos lucros, a condução dos negócios deve buscar a interligação entre o papel social empresarial e os níveis de competitividade e produtividade, bem como a demonstração de como os processos socialmente responsáveis são incorporados à gestão das empresas (MONTEFUSCO, 2013). Se as ações de cunho social e ambiental não são clarificadas aos diversos *stakeholders* fere-se um dos princípios éticos centrais no campo da responsabilidade social, a transparência.

Tanto em âmbito nacional quanto internacional, tem-se à disposição alguns instrumentos normativos e institucionais que discorrem sobre a questão da transparência empresarial. A ISO 26000 (2010), por exemplo, visa fornecer orientações sobre os princípios da responsabilidade social, e pressupõe a necessidade de as organizações divulgarem “de forma clara, precisa e completa, e em grau razoável e suficiente, as políticas, decisões e atividades pelas quais é responsável, inclusive seus impactos conhecidos e prováveis na sociedade e no meio ambiente”. (ABNT NBR ISO 26000, 2010, p. 11).

Para Lauretti (2013) ocorre plenitude na transparência quando a empresa expõe não somente resultados exitosos, mas, também, desempenhos adversos, como o surgimento de novos problemas, o não alcance das metas estipuladas e alterações desfavoráveis nos indicadores operacionais ou financeiros. Fatos que, na concepção do autor, são suscetíveis à realidade empresarial; e, portanto, devem ser demonstrados, tendendo a evitar conjecturas sobre tal realidade.

A transparência empresarial deve incidir não somente a intenção de RSE, mas, sobretudo, o processo para o alcance dos objetivos e os resultados alcançados no tocante à construção de uma gestão empresarial social e ambientalmente responsável. É nesse sentido que cabe analisar como as empresas vêm evidenciando práticas de responsabilidade social aos seus públicos.

O Instituto Ethos (2007) organiza a RSE em indicadores, que em análise permitem uma avaliação das concepções e práticas das empresas no referente à RSE, quais sejam: valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade. Todos os indicadores elencados pelo Instituto têm, em alguma medida, no quesito transparência um elemento central, tendo em vista que a construção das ações internas ou externas de RSE se fazem através das relações constituídas com seus públicos, sobretudo através dos mecanismos de comunicação.

Além disso, os resultados alcançados pelas ações desenvolvidas se tornam conhecidos a partir de estratégias de divulgação. Portanto, estabelecer uma relação de transparência com seus públicos implica em expor publicamente seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela internet ou de outra maneira adequada às suas partes interessadas (ETHOS, 2007). Tal divulgação pode ser voluntária ou compulsória. No Brasil há a obrigatoriedade apenas da Demonstração do Valor Adicionado (Lei n. 11638, 2007), já relatórios de sustentabilidade e balanços sociais são estratégias as quais as empresas brasileiras aderem voluntariamente.

A divulgação voluntária de informações acerca da RSE, por configurar-se como um mecanismo de fortalecimento de relações transparentes entre empresa/*stakeholders*, favorece a legitimidade empresarial. A prática da divulgação de informações das atividades socioambientais das empresas se caracteriza como evidenciação socioambiental e indica a ampliação da visão da empresa como agente exclusivamente econômico.

3. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A discussão a respeito da inclusão social ainda é considerada recente, a temática começou a ser discutida na segunda metade da década de 1980 nos países desenvolvidos, e teve suas primeiras experiências nesse mesmo período a partir da inserção social de algumas pessoas com deficiência. Já no que diz respeito aos países em desenvolvimento, o debate iniciou-se na década de 1990. As bases para a intensificação do debate em torno da inclusão social são encontradas nos debates pré-inclusivistas, que, na medida em que vão sendo aprofundados vão provocando mudanças no sentido de ampliar os processos inclusivos nas empresas, nas escolas, nas áreas urbanas, ou seja, nas mais variadas instâncias da vida social (SASSAKI, 2003).

De acordo com Sasaki (2005), a inclusão constitui-se na adequação dos sistemas sociais presentes na sociedade com a finalidade banir elementos existentes que possam vir a retirar ou manter afastadas as pessoas do meio social. Barreiras essas que podem ser culturais, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas, nos transportes, como também na própria mentalidade das pessoas. O autor destaca que essa eliminação ocorre de maneira gradativa e contínua e depende de maneira direta tanto da sociedade em geral, quanto do sujeito para a realização do acolhimento dessas pessoas. Faz-se fundamental, portanto, haver, modificações nas estruturas sociais que possibilitem receber esses indivíduos. A partir do momento em que os sistemas sociais adotam a prática inclusiva, se constrói uma sociedade efetivamente inclusiva, a qual garante espaços para todas as pessoas, valorizando-as nas suas diversidades.

Corroborando com o conceito de inclusão trazido por Sasaki (2005) e Werneck (1997) reconhece que inclusão surge com o objetivo de quebrar as barreiras existente em torno dos grupos estigmatizados, com o propósito de fazer com que todos exerçam o direito de participar de forma efetiva da sociedade. Isto posto, a sociedade inclusiva tem um compromisso não só com as pessoas com deficiência, mas com a inserção total e incondicional dos sujeitos, sejam eles homoafetivos, idosos, imigrantes, negros, índios, etc, salientando a relevância da participação direta da população na vida social e luta pela garantia dos direitos individuais e coletivos (MORENO, 2009).

Anteriormente a perspectiva inclusivista, a ideia da integração social surgiu com o objetivo de romper com as práticas da exclusão social. Consistindo em uma prática de inserção, a qual ocorre de forma parcial e condicional do sujeito, integrando socialmente os sujeitos considerados aptos. Sendo considerado, portanto, um modelo injusto. Ora, pois o indivíduo tem que se adaptar ao meio social, e não o meio social se adaptar ao sujeito, como no caso da ideia de inclusão social (SASSAKI, 2005).

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a diversas formas de estigmas, tendo em vista suas diferenças, sejam essas, em seus aspectos físicos, sensoriais ou intelectuais, perante as outras pessoas consideradas

“normais”. Desta forma, foram sendo marginalizadas e afastadas do espaço social, uma vez que essas eram e até hoje são vistas através olhares preconceituosos de inutilidade e de incapacidade. Tal tratamento tornam as interações desses sujeitos restritas, distanciando-os da realidade social (MONTEIRO, 1996).

Para Goffman (1988) o estigma está intrinsecamente relacionado a construção social dos significados através das interações, consistindo em uma relação de atributo e estereótipo. A sociedade institui as normativas que tornam as pessoas diferentes das outras, que as fazem inferiores. Isto é, atribui categorias as pessoas e busca encaixá-las nessas categorias, estabelecendo, assim, padrões externos aos indivíduos.

Dessa forma, o indivíduo que possui uma característica diferente do estabelecido como socialmente comum é imediatamente rejeitado e estigmatizado. Goffman (1988) destaca ainda que esses indivíduos possuem um grande descrédito em relação aos outros, tendo em vista que a sociedade acredita possuírem algum defeito, falha ou desvantagem, reduzindo dessa maneira, as oportunidades do sujeito, caracterizado como um ser desprovido de potencial. A reflexão de Goffman (1988) traz a importância de promover o debate acerca da inclusão da pessoa com deficiência na direção de romper com os estigmas, fortalecendo o direito ao desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Considerando a realidade brasileira contemporânea, e, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13146 (2015), em seu artigo 2º, pessoa com deficiência é aquele indivíduo que possui impedimento de longo prazo de natureza mental, física, intelectual ou sensorial o qual impede sua participação plena e efetiva em sociedade nas mesmas condições que as demais pessoas. O Estatuto em referência visa assegurar e promover condições de igualdade, objetivando a inclusão social e a cidadania. Além da respectiva Lei, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os tratados e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência constituem elementos que asseguram o direito das pessoas com deficiência.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), de 45.606.048 brasileiros, 23,9 % da população total possui pelo menos algum tipo de deficiência das investigadas pela pesquisa - auditiva, visual, motora, mental ou intelectual, importante destacar também que 8,3% da população brasileira possui deficiência severa. No que diz respeito à proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, a maior incidência ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte (27,86%) e Paraíba (27,76).

A estigmatização/exclusão desses sujeitos se objetiva de variadas maneiras e nos mais diversos campos da vida social, seja na escola, no mercado de trabalho ou no convívio em sociedade. As características econômicas e socioculturais da sociabilidade vigente cooperam diretamente nesse processo, tendo em vista que em um cenário de competitividade exacerbada apenas aqueles que “merecem” conseguem galgar espaços profissionais e sociais considerados mais respeitados socialmente.

No Brasil, já no fim do século XX surgem ações direcionadas para as pessoas com deficiência, contudo a luta pelo fim da opressão vivenciada por essa população, assim como pela garantia dos direitos iniciou-se na década de 1970 com o movimento das pessoas com deficiência. Esse movimento foi organizado pela própria categoria e tinha como lema “Nada sobre Nós sem Nós”. Vale salientar que, anteriormente a década de 1970 as ações voltadas para as pessoas com deficiência eram restritas a ações caritativas e assistencialistas e com ênfase na temática da educação. (LANNA & MARTINS, 2010).

É justamente quando se fortalecem as instâncias políticas de debate em torno dos direitos sociais, sobretudo a partir da CF de 1988, que as discussões em torno da inclusão de pessoas com deficiência quebra as barreiras da invisibilidade. No campo empresarial, a preocupação em torno da RSE traz consigo o debate da diversidade nas organizações empresariais, e aí, nessa esfera, se coloca a especificidade da inclusão da pessoa com deficiência.

A derrubada dos preconceitos e a promoção da igualdade, constituem-se elementos primordiais para a prática da responsabilidade social nas empresas. Gil et al. (2002) afirma que “a inclusão faz parte do compromisso ético de promover a diversidade, respeitar a diferença e reduzir as desigualdades sociais”. Além disso reconhece que, a inclusão de pessoas com deficiência consiste em uma das temáticas que devem ser abordadas com prioridade pelas empresas. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a atuação junto às entidades governamentais, aos parceiros e à comunidade são algumas formas através das quais as empresas podem contribuir com a inclusão.

Conforme a Pesquisa Akatu 2012: “Rumo à sociedade do bem-estar”, a qual tratou da Assimilação e perspectivas do consumo consciente no Brasil: Percepção da responsabilidade social empresarial pelo consumidor brasileiro publicada em 2013, foi possível constatar que as práticas voltadas para programas de contratação, capacitação e promoção de mulheres, negros e pessoas com deficiência, visando promover a igualdade de oportunidades está entre as três práticas de RSE consideradas prioridades do consumidor (INSTITUTO AKATU, 2013). Compreende-se ainda que, o desenvolvimento de ações inclusivas traz para as empresas benefícios relevantes, uma vez que promovem mudanças na imagem empresarial e consequentemente o aumento dos lucros empresariais.

A Lei de Cotas n. 8213 (1991) dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais. De acordo com a lei a empresa que possui 100 ou mais empregados deve possuir uma porcentagem de cargos ocupados com reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas. Entretanto, a inclusão não diz respeito apenas a contratar pessoas com deficiência, inclusão diz respeito a contratar, garantir programas de formação e qualificação profissional, acessibilidade, como também assegurar condições de interação com os outros funcionários e parceiros empresariais, ou seja, desenvolver as potencialidades para que o indivíduo possa permanecer na empresa desenvolvendo plenamente suas atividades. Conforme a legislação tem-se que,

Art. 93 - a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

- até 200 funcionários..... 2%
- de 201 a 500 funcionários..... 3%
- de 501 a 1000 funcionários..... 4%
- de 1001 em diante funcionários... 5% (Lei n. 8213, 1991)

Apesar da preconização da Lei n. 8213 (1991) diversas são as dificuldades enfrentadas tanto pelas empresas, quanto pelas pessoas com deficiência, frente à inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, uma delas consiste nos precários níveis de educação formal e de profissionalização. Segundo dados do IBGE (2010), dentre o quantitativo de pessoas com deficiência com idade de 15 ou mais, a região Nordeste possui o maior percentual de pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto, com a taxa de 67,7%. No que diz respeito ao superior completo, dentre esse público, o Nordeste tem a menor taxa no país, ficando em apenas 4%.

A ausência de escolaridade expressa-se em um desafio para assegurar a inclusão de deficientes no mercado de trabalho. A falta de qualificação profissional das pessoas com deficiência é proveniente da carência de práticas inclusivistas nas escolas e universidades. Dessa forma, é possível inferir que a lacuna existente no ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho começa na educação básica, devendo assim a inclusão ser trabalhada desde a infância.

Tendo em vista o exposto, é de grande importância a realização de ações de RSE, que possam garantir a inclusão de pessoas com deficiência, seja mediante programas/projetos, através da contribuição com ações externas, como também por meio da inserção qualificada no mercado de trabalho.

4. TRANSPARÊNCIA E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DOS WEBSITES DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO RIO GRANDE DO NORTE

De acordo com Cochran e Wood (1984) existem duas modalidades de avaliação da responsabilidade social corporativa. A primeira modalidade está respaldada em métodos que avaliam o Índice de Reputação, baseando-se na análise rigorosa dos números, sendo, por conseguinte, de caráter quantitativo. Já a qualitativa é feita a partir da aplicação dos mesmos critérios para cada firma, fazendo com que a avaliação seja internamente consistente. Na investigação ora proposta usar-se-á o método de natureza qualitativa, tendo em vista que se pretende realizar uma análise dos conteúdos produzidos pelos relatórios e materiais de divulgação das empresas no tocante às ações de responsabilidade social empresarial voltadas à inclusão da pessoa com deficiência.

Tornam-se fundamentais, portanto, no espectro do debate em torno da RSE, as análises em torno dos mecanismos de evidenciação socioambiental. Ou seja, de divulgação de suas ações sociais e ambientais, que têm sido utilizados pelas empresas para informar governo, funcionários, consumidores e sociedade em geral

acerca da execução de atividades de caráter social e ambiental (MAÇAMBANNI, BELLEN, SILVA, & VENTURA, 2013, p. 129). A divulgação dos aspectos sociais e ambientais, pertinentes ao universo empresarial, aparece como possibilidade de fortalecimento do debate público em torno do papel das empresas na sociedade.

No tocante às empresas pesquisadas, quatro delas não dispunham de *website* no momento da pesquisa, e uma mantém o *website* restrito. Das dezoito empresas restantes, seis trazem alguma informação pontual sobre projetos referentes à inclusão de pessoas com deficiência, nove não fazem menção a nenhuma ação nessa direção e três explanam com detalhamento suas ações no tocante à inclusão de pessoas com deficiência. Vale destacar que da amostra pesquisada, cinco empresas apresentam relatório de sustentabilidade, porém, destas apenas três apresentam, por meio dos relatórios, informações detalhadas sobre ações e projetos voltados à inclusão de pessoas com deficiência.

De modo geral, é possível inferir que das empresas pesquisadas as que apresentam mais informações disponíveis acerca das atividades de responsabilidade social que desenvolvem são de nível nacional. Tal dado implica refletir que algumas das ações evidenciadas não necessariamente ocorrem no Estado do Rio Grande do Norte. Um exemplo dessa dificuldade de identificação mais clara de como e onde as ações sociais e ambientais são desenvolvidas está no *website* da construtora MRV, que apresenta nas informações gerais uma menção a um Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, sem, no entanto, deixar claro como o referido Programa ocorre nas unidades da empresa.

A MRV disponibiliza Relatório de Sustentabilidade há cinco anos com base no modelo Global Reporting Initiative (GRI). Entretanto, em análise das duas últimas versões dos referidos relatórios (2014/2015), não fica claro de que forma, seja quantitativa ou qualitativa, ocorre o processo de Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Ou seja, não se faz explícito aos *stakeholders* como se materializa a noção da inclusão da pessoa com deficiência, contrariando o intuito maior do relatório de sustentabilidade que é informar as ações sociais e ambientais desenvolvidas da forma mais clara e transparente possível, como está colocado nas diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade elaboradas pelo que trata da elaboração dos relatórios como uma prática que deve “fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas”. (CUSTÓDIO & MOYA, 2007)

Outra empresa que disponibiliza relatório no *website* é a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que tem abrangência nacional, atuando também no Rio Grande do Norte. Além das informações disponíveis no relatório, há no *website* uma aba para comunicação das ações de sustentabilidade e dentre estas há um espaço específico para as ações de inclusão social, evidenciando os principais programas da empresa voltados à tal questão.

Como a ECT aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, em abril de 2012, publica periodicamente relatórios de progresso no tocante à evolução da consolidação dos princípios definidos no referido Pacto, quais sejam: as empresas

devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos; apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; a abolição efetiva do trabalho infantil; eliminar a discriminação no emprego; apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis e combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina. (<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/os-10-principios>, recuperado em 06, dezembro, 2016).

Os referidos relatórios de progresso permitem aos *stakeholders* uma compreensão mais clara acerca das ações que a empresa vem desenvolvendo para efetivar os princípios com os quais se comprometeu. Ou seja, os relatórios detalhados tornam a comunicação empresa/*stakeholders* efetivamente mais transparente, por permitirem empreender uma análise sobre as ações sociais e ambientais executadas pela organização.

De acordo com Dias Filho (2007), essa estratégia empresarial de divulgação voluntária de informações de cunho social e ambiental pode contribuir para edificar a imagem de organização comprometida com o bem-estar social. Além disso, a evidenciação também pode ser utilizada como mecanismo de manutenção ou recuperação de legitimidade junto aos seus diversos públicos.

No que concerne à empresa Guararapes, não foi identificado o Relatório Social em seu *website*, contudo existe uma aba intitulada “Histórico e Perfil da Companhia” a qual expõe informações atualizadas acerca das atividades de RSE desenvolvidas pela empresa. No que se refere a ações voltadas para pessoas com deficiência, é evidenciado que a Guararapes dispõe em seu quadro de colaboradores 915 pessoas que possuem alguma deficiência. Além disso, contribui com ações externas, uma delas consiste na doação de recursos para o programa Teleton.

No entanto, no que se refere a contratação de pessoas com deficiência, é importante ressaltar que não é possível identificar como, onde e porque ocorre a inclusão desse público no quadro profissional da empresa Guararapes, informação esta que deveria possuir grande destaque, tendo em vista que a inclusão qualitativa é demasiadamente mais importante do que a inclusão quantitativa, posto que a garantia de condições de igualdade é de suma importância nesse contexto.

Na mesma direção as notícias disponibilizadas no site da CAERN permitem identificar algumas ações pontuais realizadas pela empresa sem, no entanto, permitirem aferir de modo mais amplo as diretrizes e os resultados das ações noticiadas. Diante do exposto, é de suma relevância refletir que a inclusão quantitativa de pessoas com deficiência no mercado de trabalho possivelmente ocorre devido ao marco legislativo existente que preconiza que as empresas devem obedecer a um percentual mínimo de contratação em relação ao número de empregados, caso não seja cumprido as empresas estão sujeitas a multas, conforme promulgado na Lei n. 8213 (1991), em seu artigo 93, já citada anteriormente.

Já no que diz respeito às informações e sobre as ações de RSE, presentes no *website* da empresa Vicunha, é possível inferir que, apesar de não possuir relatório social, ela dispõe o Programa Vicunha Inclusão Responsável (VIR), que segundo apresentado no *website* possui o compromisso de assegurar a inclusão de pessoas com deficiência e criar condições de trabalho no ambiente empresarial, oferecendo dessa forma a oportunidade do rompimento das barreiras existentes, assim como a superação das dificuldades.

A empresa nacional Biosev S.A. disponibiliza no seu *website* Relatório de Sustentabilidade (2015/2016), que se baseia também nas diretrizes da GRI. Este documento evidencia o comprometimento da empresa com questões de segurança do trabalho, saúde ocupacional, meio ambiente e responsabilidade social. O Diagnóstico Social Participativo fundamenta as ações de RSE, influenciando o desenvolvimento de programas voltados para a educação ambiental, saúde, integração com a comunidade e cidadania, bem como a valorização da diversidade.

Nessa esfera, a empresa salienta que políticas para mulheres e pessoas com deficiência são prioritárias. Entretanto, há evidência de que a atenção para a política de inclusão ainda é um processo em construção, já que, a empresa cita somente a implantação de uma base de estudos sobre o tema, para disso planejar políticas de inclusão. Na aba “Sustentabilidade” do *website*, entre os quatro programas citados, o programa Integração Comunidade cita “projetos que promovem a valorização da diversidade” sem que esteja evidenciado, nem no *website* e nem no relatório, indicadores de efetiva inclusão de pessoas com deficiência. (<http://www.biosev.com/wp-content/uploads/2016/08/RS-BIOSEV-2015-web.pdf>, recuperado em 16, dezembro, 2016).

A empresa Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), do Grupo Neenergia, disponibiliza relatórios de sustentabilidade no *website*. O último relatório apresentado (2015), elaborado de acordo com as diretrizes G4 da GRI, evidencia comprometimento com legislações e normativas referentes a questões trabalhistas, à segurança no trabalho e com o meio ambiente. No capítulo destinado ao desempenho social, evidencia-se engajamento com causas sociais, como parcerias com projetos relacionados à educação, cultura, crianças e adolescentes.

O desempenho social da empresa compreende também comprometimento com a realidade socioeconômica de seus empregados, no que tange a questões salariais, seguro de vida, plano de saúde, ajudas especiais para colaboradores com filhos com deficiência. Ao que concerne à especificidade da política de inclusão de pessoa com deficiência, pelo relatório é possível identificar os quantitativos de pessoas com deficiência empregadas na empresa. (<http://www.cosern.com.br/Sustentabilidade/Pages/relatorios-de-sustentabilidade.aspx>, recuperado em 15, dez, 2016).

No caso da Petrobrás, nos dois últimos relatórios de sustentabilidade anuais (2014 /2015), são evidenciados os quantitativos de funcionários com deficiência e observa-se um enfoque no “Programa de Abordagem ao Empregado com Deficiência (PAED), que tem como objetivos capacitar gestores e força de trabalho, promover acessibilidade em nossos ambientes, e atuar junto a nossos empregados na

identificação e tratamento de suas demandas”. Tal programa engloba, portanto, conjuntos de ações estratégicas da empresa voltadas a inclusão da pessoa com deficiência, ou seja, evidencia-se, nesse caso, esse aspecto da RSE como parte incorporada nos mecanismos de gestão mais amplos da empresa (<http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/m>, recuperado em 15, dezembro, 2016).

No tocante à Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS) , não se têm evidenciado no *website* relatório social da empresa, assim como programas/projetos de inclusão direcionados para pessoas com deficiência. Apesar disso, no que tange a ações mais amplas de RSE, verifica-se uma preocupação empresarial com a comunidade em relação a qualidade educacional e cultural oferecida aos jovens, bem como ações que visem prevenir danos ao meio ambiente. Situação igualmente verificada no website da empresa Urbana Companhia de Serviços Urbanos de Natal, pois esta empresa não disponibiliza relatório de sustentabilidade e com referência à inclusão de pessoas com deficiência, também não foi possível evidenciar.

A empresa Delphi engenharia, incorporada pelo grupo BSPAR Incorporações, tem suas informações, vinculadas a esse grupo, que evidencia em seu *website*, em aba específica para a responsabilidade social, o incentivo e o financiamento de projetos desenvolvidos pela Fundação Beto Studart de Incentivo ao Talento.

No *website* da referida fundação é possível identificar os diversos projetos, bem como relatórios de gestão da entidade. Entretanto, apesar de algumas ações apoiarem, de distintas formas, entidades que trabalham pela inclusão de pessoas com deficiência não fica claro de que forma se dá a participação de cada empresa nas referidas ações.

Tal prática se caracteriza como investimento social privado, pois a empresa investe determinada quantia em ações realizadas por ONGs ou fundações de caráter social se, no entanto, estar diretamente envolvida com a realização das mesmas. Seguindo essa mesma esteira do investimento social privado a empresa SIMAS também evidencia uma aba informando que apoia projetos da Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, sem mencionar de modo mais específico como se concretiza tal apoio. Não fica evidente nenhum tipo de ação voltada à inclusão de pessoas com deficiência.

As empresas Conel, EIT e Empresa Brasileira de Serviços e Perfuração apresentam em seus *websites* indicações que seguem na direção de uma gestão integrada, do tipo *triple botton line*, todavia não há evidência de projetos ou ações específicas de RSE. No tocante à especificidade da inclusão de pessoas com deficiência também não há nenhuma indicação. Ampliando um pouco o material evidenciado, mas sem tocar na temática da inclusão de pessoas com deficiência, nos *websites* das empresas Norsal e Salinor estão disponibilizadas diretrizes mais gerais de construção da gestão socialmente responsável, contudo a ênfase se coloca sobre ações voltadas à preservação ambiental, sobretudo devido ao fato de as empresas desse segmento - salineiro - serem obrigadas a realizar ações de mitigação dos impactos ambientais de sua produção.

Sendo assim, observa-se que as interações estabelecidas entre empresa e sociedade ao longo da história vão denotando as mudanças nas configurações empresariais internas, mas em especial vem respondendo às exigências e marcos regulatórios postos pela sociedade e Estado. Não obstante, apesar dos processos de reestruturação empresarial, ocorridos em especial a partir do fim dos anos de 1970, e das legislações pertinentes, os aspectos evidenciados pelas empresas pesquisadas permitem refletir que as ações voltadas à inclusão das pessoas com deficiência ainda são fortemente perpassadas pela lógica das ações pontuais e não pela incorporação efetiva de valores e práticas entre as estratégias empresariais mais amplas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões em torno do campo da gestão socialmente responsável são perpassadas por múltiplas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem o universo das relações entre estado, mercado e sociedade. Empreender análises em torno das práticas de RSE implica traçar panoramas de reflexão amplos que considerem as especificidades do espaço social de análise, assim como as particularidades das problemáticas sociais e ambientais trabalhadas pelas empresas.

A transparência se constitui como um dos elementos centrais da RSE, em razão de que a prática empresarial tende a ser extensiva à sociedade em aspectos socioambientais. Ainda que, legitimamente, nas relações comerciais a confidencialidade de informações esteja incorporada, o princípio ético da transparência observa a clareza como condição imprescindível na divulgação de políticas e decisões operacionalizadas pelas organizações, em sentido de que sejam a sociedade e os *stakeholders* esclarecidos sobre deliberações empresariais que possam lhes ocasionar impactos sociais e no meio ambiente.

Por conseguinte, a qualidade das informações divulgadas pressupõe um grau de evidenciação que permita uma análise ampla das contribuições da empresa nas esferas social e ambiental. Diante da amostra pesquisada, observa-se que o nível de evidenciação sobre as ações de RSE dirigidas para inclusão das pessoas com deficiência, apesar da grande relevância da temática na contemporaneidade, ainda é baixo.

Além da identificação de empresas de grande porte que não possuíam *website*, foi possível analisar também que, mesmo dentre as cinco empresas que já divulgam relatórios de sustentabilidade, tem-se duas que ainda não explicitam de forma suficientemente claras a explicitação de como as ações e projetos voltados à inclusão das pessoas com deficiência ocorrem. Dentre as empresas que não divulgam relatório, mas que trazem informações sobre projetos sociais e ambientais em seus *websites*, foi possível visualizar a divulgação prioritária de eventos assistenciais, muitas vezes pontuais, dos quais a empresa tenha participado ou sido apoiadora, não permitindo identificar a temática da inclusão social como dimensão componente das estratégias empresariais.

Desse modo, o nível de evidenciação acerca dos projetos e ações para inclusão das pessoas com deficiência ainda é baixo dentre o universo pesquisado. Tal afirmação se reflete tanto na ausência de informações, quanto na divulgação de informações genéricas e superficiais que não trazem uma possibilidade de refletir criticamente acerca do papel das empresas na inclusão da pessoa com deficiência e, mais amplamente, na construção de uma sociedade que se assente na valorização da diversidade e no respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 26000, **Diretrizes sobre responsabilidade social**.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.. Lisboa: LDA, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócios-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** /compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior.-Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Lei 8.213, 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.. Disponível em: <legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em:

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Secretaria dos Direitos Humanos. **Portaria Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010**. DOU de 05/11/2010 (nº 212, Seção 1, pág. 4).

COCHRAN, Philip L.; WOOD, Robert A. **Corporate social responsibility and financial performance**. Academy of Management Journal, 1984, vol. 27, no. 1, p. 42-56.

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o terceiro setor**. Serviço Social em revista, Londrina, v. 7, n. 2, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm>. Acesso em: 03 dez. 2016.

DIAS FILHO, J.M. **Políticas de Evidenciação Contábil: Um Estudo do Poder Preditivo e Explicativo da Teoria da Legitimidade**. XXXI Encontro ANPAD, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A3301.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ETHOS. **Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial**. CUSTODIO, Ana Lucia de Melo. MOYA, Renato (Coord.). São Paulo: Instituto ETHOS, 2007.

GAMERSCHLAG. R.; MOLLER, K.; VERBEETEN, F. **Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany**. Review of Managerial Science, New York: Springer, n. 5, p. 233-262, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Brasil: LTC, 1988. 158 p. 4ªed.

Inclusão Numérica x Inclusão Qualitativa, 2012. (Disponível em: <<https://laboratoriodeinclusao.wordpress.com/2012/03/06/inclusao-numerica-x-inclusao-qualitativa/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

KRUEL, D. N.; WIEDEMER, M. **Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social**. Revista Científica do CENSUPEG, [S.l.], n. 1, p. 71-84, 2013.

LAURETTI, Lélío. **A transparência só é completa quando envolve a franqueza, que consiste em expor tanto os dados positivos como os negativos do desempenho da empresa**. São Paulo: Ethos, 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/5790/#.WFhu61MrLIU>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MONTEFUSCO, Carla. **Entre tradições e inovações: percepções e práticas de Responsabilidade Social Empresarial**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

MONTEIRO, M. **Crianças e linguagem num contexto especial**: um estudo etnográfico. In: KRAMER, S; LEITE, M. *Infância: fins e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996. p.149-179.

MORENO, C. **Conceito de minorias e discriminação**. *Direitos e Humanidades*, ano X, n. 17, jul./dez. 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016. 32 p.

O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência / coordenação Marta Gil. - São Paulo : Instituto Ethos, 2002.

PESQUISA AKATU 2012: Rumo à Sociedade do Bem-Estar: Assimilação e Perspectivas do Consumo Consciente no Brasil – Percepção da Responsabilidade Social Empresarial pelo Consumidor Brasileiro Textos de Aron Belinky e Helio Mattar. São Paulo: Instituto Akatu, 2013.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: o paradigma do século 21. *Inclusão Seesp/MEC*, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: VIVARTA, Veet (coord.). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165).

TELES, H. M. M. **O Serviço Social e a Responsabilidade Social Empresarial**: passado, presente e futuro. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 36, p. 47-51, 2010.

VILLIERS, C.; STADEN, C. V. **Shareholder requirements for compulsory environmental information in annual reports and on websites**. *Australian Accounting Review*, 21 (59), 317-326.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

YAZBEK, M. C. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. **SUAS**: configurando

os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008.

ABSTRACT: In Brazilian reality, especially since the 1990 decade, it's possible to identify business movements in the direction of the debate about social and environmentally responsible practices. This movement is complex, and needs reviews that consider the understanding about economics, social and political correlations that allows a rethink about the relation between state, market and society. The research now reported has as objective to seize one of the central elements of the Corporate Social Responsibility (CSR) processes, which is: the transparency. This article analyzes the social and environmental disclosure levels in Rio Grande do Norte large companies in which refers to inclusion of people with disabilities. According with the Rio Grande do Norte Industrial Register (FIERN, 2016), it was identified 23 large companies in the state. It was researched in sample companies website's sustainability reports and institutional materials mentioning some CSR actions about inclusion of people with disabilities. Of the sample surveyed, four companies didn't have website and one of them keeps a private website. Of the others eighteen companies, six presents some specific information about projects to inclusion of people with disabilities, nine didn't mention any kind of action about this topic and three explain in details their actions to inclusion people with disabilities. It's possible to infer that the researched companies shows a low level of disclosure relative to the inclusion of people with disabilities, demonstrating the relevance of problematize more intensely the debate about this question in the business field.

KEYWORD: Inclusion of People with Disabilities; Corporate Social Responsibility; Transparency; Social and Environmental Disclosure.

Sobre os autores:

Adriana Alves de Lima 2013 - 2016 Pós-graduação em Gestão Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará, IFCE. Sobral/CE. 2004 - 2009 Formação de graduação Tecnólogo em Recursos Hídricos/ Saneamento Ambiental – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará - IFCE.

Adriano Francisco Siqueira Engenheiro Químico, Mestre e Doutor em Estatística. Trabalha no desenvolvimento de modelos para problemas de Engenharia com a utilização de Equações Diferenciais Estocásticas e Análise Estatística Multivariada. Entre eles, modelos para estudos de tratamentos de efluentes industriais, fluxo de veículos em autoestradas e no desenvolvimento de modelagem para sensores industriais.

Aécio Busch Discente do Curso de Agronomia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. E-mail para contato: busch088@yahoo.com.br

Alan Eduardo Seglin Mendes Discente do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Lavras – UFLA; E-mail para contato: eduseglin@hotmail.com

Alan Mario Zuffo Pesquisador do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPEs) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS; Graduação em Agronomia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal do Piauí – UFPI; Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Lavras – UFLA; Atuação profissional: Tem experiência na área de Agronomia – Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo, plantas de cobertura e integração lavoura-pecuária. E-mail para contato: alan_zuffo@hotmail.com

Alexandre Alex Barbosa Xavier Possui graduação em Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Atualmente é professor do Centro Universitário Newton Paiva. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de ciencias, automatismos celulares, complexidade e sistemas complexos.

Aline Ferrão Custodio Passini Professora da Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Frederico Westphalen. Graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Regional Integrada, Campus de Erchim; Mestrado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Doutorado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Pós Doutorado em Processos Químicos pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP ; Grupo de pesquisa: Gestão Ambiental. alinefcustodi@gmail.com

Amanda Pereira Soares Lima Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: amandapslima@yahoo.com.br.

Ana Carolina de Moraes Professor da Universidade: Professora do Centro Universitário Sociesc. Graduação em Química Industrial pela Universidade da Região de Joinville e em Pedagogia pelo Centro Universitário Sociesc. Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutoranda em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). E-mail para contato: anamoraesstocco@gmail.com

Ana Julia Teixeira Senna Sarmiento Barata Engenheira Agrícola. Doutora em Agronegócios. Professora Associada na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus São Gabriel. Experiência na área de agronegócios, economia rural, cadeias produtivas e marketing ambiental. E-mail: anasenna@unipampa.edu.br.

Ana Kelly Mota dos Santos Graduanda em Gestão Ambiental - Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR – email: Kellynhamota_15@hotmail.com

Ana Luisa Pinto Bezerra Bacharel em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2017, e graduanda no curso de Engenharia de Computação e Automação pela mesma instituição.

Andrea Heidemann Professor da Universidade : Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); Doutorado em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE); E-mail para contato: andrea.heidemann@ifsc.edu.br

Anna Kelly Moreira da Silva Possui graduação em Tecnologia em Meio Ambiente pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (2003). Possui Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Piauí (2005) e Pós-Graduação Lato Sensu em Gerenciamento de Recursos Ambientais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (2006). É Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (2008) e Doutora em Eng. Civil - Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Professora Efetiva do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí, Coordenadora da Especialização em Gestão de Recursos Ambientais no Semiárido e Coordenadora do Laboratório de Temáticas Ambientais. Tem experiência na área de Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: Saneamento Ambiental, Resíduos Sólidos, Gestão Ambiental, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Bianca Vianna de Sousa: Professora da Universidade Federal de Campina Grande; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande; Graduação em Química Industrial pela

Universidade Estadual da Paraíba; Mestrado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; Doutorado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; E-mail para contato: biancavianaeg@gmail.com.

Bruna Mariá dos Passos Graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Analista em Ciências Ambientais - UDESC/CAV. E-mail para contato: Brumariapasso@gmail.com

Carla Montefusco de Oliveira Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

Cibele Gouveia Costa Chianca Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e mestre pela mesma instituição. Professora do curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA).

Cibele Rosa Gracioli Engenheira Florestal. Doutora em Engenharia Florestal. Pós-doutorado na área de Ecologia e Biodiversidade. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus São Gabriel. Professora Visitante no Curso de Especialização em Educação Ambiental (UFSM). Experiência na área de Legislação Ambiental e Serviços Ambientais. E-mail:cibelegracioli@gmail.com

Cibeli Zeni Ensino Médio concluído na Escola Estadual de Ensino Médio Érico Veríssimo, Vista Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil (2008 - 2010). Graduação em andamento em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM campus Frederico Westphalen, Brasil (2011). Possui interesse em Saneamento Básico e tratamento de água e efluentes. Participa do Diretório Acadêmico da Engenharia Ambiental e Sanitária - DAEAS e do Diretório Central dos Estudantes - DCE.

Claudio Cesar de Almeida Buschinelli Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente. Bacharel em Ecologia, Faculdade de Ecologia, Campus de Rio Claro, UNESP. Mestrado em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em Geografia, Universidade de Alcalá de Henares, Espanha. Grupo de Pesquisa em Avaliação de Impacto Ambiental. E-mail claudio.buschinelli@embrapa.br

Clayton Robson Moreira da Silva Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC); MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA); Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Cristiano Meneghini Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Estruturas Metálicas da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Graduação em Engenharia de Produção Mecânica pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: Manufatura e Meio Ambiente; E-mail para contato: crismeneghini@gmail.com

Dayane Clock Professor da Universidade: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Graduação em Enfermagem pelo Instituto Superior Luterano de Educação de Santa Catarina (IELUSC). Mestrado em Engenharia da Produção pelo Centro Universitário Sociesc. Doutoranda em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). E-mail para contato: dclock@ifsc.edu.br

Deivid Sousa De Figueiroa Mestre e Doutor em Engenharia Química pela universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Professor nos Cursos de Engenharia(Ambiental, Produção e Química) do Centro Universitário Tabosa de Almeida- ASCES/UNITA E- mail: deividfigueiroa@asc.es.edu.br

Diego Sampaio Vasconcelos Ramalho Lima Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Diovana Aparecida dos Santos Napoleão Engenheira Industrial Química, docente na Escola de Engenharia de Lorena, Departamento de Ciências Básicas e Ambientais, Universidade de São Paulo. Concluiu o pós-doutorado e o doutorado pela Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (FEG-UNESP), Departamento de Energia, na área de Transmissão e Conversão de Energia. O mestrado foi realizado na Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil), Departamento de Biotecnologia, na área de Microbiologia Aplicada e Genética de Microrganismos. Trabalha com pesquisas relacionadas a tecnologias químicas e equações diferenciais estocásticas. Atua como professora colaboradora no programa do Mestrado Profissional em Projetos Educacionais em Ciências (PPGPE) no Departamento de Engenharia de Materiais da EEL-USP.

Djulia Regina Ziemann Gestora Ambiental pela Universidade Federal do Pampa; Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria; Participante do Grupo de Pesquisa Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água (PANGEA-Cnpq); E-mail para contato: djuliaziemmann@gmail.com

Edlúcio Gomes de Souza Agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Membro do Instituto Sustentabilidade (IS), Campina Grande, PB (desde 2016). Graduação: Licenciatura em Geografia pela Fundação Francisco Mascarenhas (1981); Bacharel em Estatística pela Universidade Estadual da Paraíba (2003)

Mestre em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2011)
E-mail: edluciogomes@gmail.com

Ernane Ervino Pfüller É graduado em Agronomia (1987) e em Educação Física - Licenciatura Plena (2003), pela UFSM. Possui mestrado em Agronomia pela mesma Universidade (2000). Desde 2004 é professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e atualmente é o Pró-reitor de Extensão da Uergs. Tem experiência na área de Agronomia e Educação Física, com ênfase em Desenvolvimento Regional, Gestão do Agronegócio, Tecnologias Agroindustriais, Microbiologia do Solo, Biologia do Solo, Mineralogia do Solo, Fertilidade e Manejo do Solo, Voleibol, Atletismo, Natação e Recreação.

Everton Vinicius Zambiazzi Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT; Mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Lavras - UFLA; Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Lavras - UFLA; Atuação profissional: Tem experiência na área de Agronomia - Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, milho e feijão. E-mail para contato: everton_zambiazzi@hotmail.com

Fábio Battistella Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil(2015). Extensionista Rural da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assist. Téc. e Extensão Rural , Brasil

Fabio Prativiera Bacharelado em Estatística - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Mestre em Ciências (Estatística e Experimentação Agronômica) - ESALQ/USP; Doutorando em Ciências (Estatística e Experimentação Agronômica) - ESALQ/USP; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; E-mail para contato: fabio_prativiera@usp.br

Fábio Steiner Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Sustentabilidade na Agricultura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Doutorado em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Botucatu; Atuação profissional: Tem experiência na área de Agronomia - Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas, sistemas de produção agrícola e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, feijão, algodão, milho, trigo, cana-de-açúcar, plantas de cobertura e integração lavoura-pecuária; E-mail para contato: steiner@uems.br

Felipe Augusto Dantas de Oliveira Bacharel em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semi Árido no ano de 2016, e graduando no curso de Engenharia Civil pela Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA).

Felipe da Silva de Menezes Graduação em Administração pelo Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA); Grupo de pesquisa: Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Logística da UNICATÓLICA

Flavio Cidade Nuvem Silveira Professor do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA) Graduação em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) Mestrado em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) Grupo de pesquisa: Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Logística da UNICATÓLICA

Flávio José Simioni Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduação em Agronomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Grupo de pesquisa: Monitoramento e Controle Ambiental E-mail para contato: flavio.simioni@udesc.br

Frances Douglas de Santana Pereira Engenheiro Ambiental. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. E-mail: douglas.pereira@hotmail.com

Francilene Cardoso Alves Fortes Possui graduação em Agronomia pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara (2006) e doutorado em Agronomia (Irrigação e Drenagem) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Atualmente é coordenadora Núcleo de Pesquisa Institucional e da Pós Graduação em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental e professora do Curso em Gestão Ambiental, Agronegócio, Engenharia Civil, Sistema de Informação e Licenciatura em Computação do Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR - email: francilene.fortes@estacio.br

Francinete Cavalcante Gomes Graduada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR.

Francisca Souza de Lucena Gomes Sócia da empresa Soluções em Tecnologia da Informação e Estatística, incubada na ITCG/PaqTcPB (desde 2014).Membro do Instituto Sustentabilidade (IS), Campina Grande, PB (desde 2016). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2008).Mestrado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, PB (2015). MBA em Gestão Empreendedora e Inovação pela UFCG, Campina Grande, PB (2016).Bolsista em Projetos de pesquisa e extensão pelo CNPq (2003 - 2014).E-mail: fslgomes@gmail.com

Francisco Fernando de Souza Júnior Designer e Arquiteto formado pela Universidade Potiguar. Mestre em Designer pela UFRN. E-mail para contato: fersouzajr@gmail.com

Gerônimo Rodrigues Prado Graduado em Ciências Biológicas, Mestre em Ciência do Solo. Professor Assistente da UERGS - Unidade de Cruz Alta. Com experiência em microbiologia na área de controle biológico de insetos transmissores de doenças humanas.

Heliomara dos Prazeres Silva Graduada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR.

Irene Oliveira Costa Técnica em Segurança do Trabalho – Senai – RR e Graduada em Gestão Ambiental - Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR – email: ireneoliveira1972@bol.com.br

Ítalo Barros Meira Ramos Graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; E-mail para contato: italobmr@gmail.com.

Ivaneide Ferreira Farias Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização em Educação a Distância pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Jeferson Alberto de Lima Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Graduação em Engenharia Agrônoma pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULI-ULBRA); Mestrado em Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Grupo de pesquisa: Engenharia Ambiental – Universidade Federal de Rondônia - UNIR; E-mail para contato: jeferson.lima@unir.br

Jhonnaldy Nogueira Sena Bacharel em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semi Árido no ano de 2016, e graduando no curso de Engenharia Civil pela Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA).

Joacir Mario Zuffo Júnior Discente do Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail para contato: zuffojr@gmail.com

José Airton de Araújo Filho Graduação em Administração pelo Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA)

José Daltro Filho Professor Associado da Universidade Federal de Sergipe – UFS; Engenheiro Civil; Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento; Doutor em Hidráulica e Saneamento; E-mail: jdaltrofilho@bol.com.br

Joselma Ramos Carvalho Santos Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq; E-mail para contato: joselma.ramos@ymail.com.

Juliano Souza Vasconcelos Engenheiro Industrial Madeireiro pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Itapeva; Mestre em Engenharia Urbana pela

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Doutorando em Energia na Agricultura pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), na Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA – Botucatu); Grupo de pesquisa: Desenvolvimento de Produtos Lignocelulósicos (LIGNO); E-mail para contato: julianojsv@yahoo.com.br.

Julio Cezar Souza Vasconcelos Graduado em Matemática - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Mestre em Ciências (Estatística e Experimentação Agrônômica) - ESALQ/USP; Doutorando em Ciências (Estatística e Experimentação Agrônômica) - ESALQ/USP; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela CAPES E-mail para contato: juliocezarvasconcelos@hotmail.com

Karina Gargalho Fabri Engenheira Civil pela Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT);

Laís Vieira Castro Oliveira Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Estácio do Ceará (Estácio FIC); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE);

Lenisse Costa da Silva Técnica em Enfermagem – Ceterr e Graduada em Gestão Ambiental - Centro Universitário Estácio da Amazônia- Boa Vista/RR – email:lenisse_costa@hotmail.com

Lúcia Santana de Freitas Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFCG; Graduada em Administração (1987) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Administração (2001) pela Univerdad de Walladolid – Espanha; Líder do Grupo de Estudo em Estratégia e Meio Ambiente (GEEMA)

Manuel Houmard Possui doutorado em Ciência dos Materiais - Institut National Polytechnique de Grenoble (2009). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Engenharia, com ênfase em Ciência dos Materiais, atuando principalmente nos seguintes temas: Materiais Cerâmicos, Materiais Porosos, Recobrimentos Finos, Síntese Sol-Gel, Sistema TiO₂-SiO₂, Biomateriais, Materiais Híbridos, Aços inoxidáveis.

Márcia Maria da Silva Técnica em Radiologia – Rhema e Graduada em Gestão Ambiental - Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR – email: marcia_james.aguiar@hotmail.com

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch Doutoranda em Modelagem Matemática pela UNIJUI. Possui graduação em Licenciatura em Física pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2003), Especialização em Interdisciplinaridade pela Universidade da Região de Joinville (2004) e Mestrado em

Modelagem Matemática pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2012). Atuou como professora da rede estadual de educação básica por 13 anos no ensino da matemática e física. Atualmente é professora da UERGS na área das ciências exatas, atua nos cursos de graduação de Gestão Ambiental e Administração, foi Coordenadora Adjunta e atualmente Coordena a Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.

Marcos James Chaves Bessa Professor do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA). Graduação em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestrado em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) Grupo de pesquisa: Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gestão Ambiental da UNICATÓLICA

Marcos Roberto Benso Mestrando em Engenharia Ambiental pela Universidade de Ciências Aplicadas Dresden (Hochschule für Technik und Wirtschaft Dresden) na Alemanha, Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Possui experiência em monitoramento de recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) e modelagem hidrológico.

Mayara Geisemery da Silva Torres Bacharel em Engenharia Ambiental pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA. Pós Graduanda em Saúde e Segurança do Trabalho, pela Faculdade Integrada de Patos (FIP) E-MAIL: Mayara1992engenharia@gmail.com

Meise Lopes Araújo Bacharel em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semi Árido no ano de 2016, e graduando no curso de Engenharia Civil pela Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA).

Nara Rejane Zamberlan dos Santos Professora Associada na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus São Gabriel. Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Paisagismo (UFSM). Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria. Autora dos livros “Arborização de Vias Públicas: Ambiente X Vegetação” ; “A inserção da vegetação na paisagem antrópica”. Organizadora da publicação “O pulo do gato” e co-autora de capítulos nas obras “Sustentabilidade ambiental e responsabilidade social” e “Criatividade e Inovação como diferenciais competitivos na hospitalidade”. E-mail: narazamberlan@gmail.com

Natália Trajano de Oliveira Graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Roraima – UFRR; Mestrado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Roraima – UFRR; Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Lavras – UFLA; Atuação profissional: Tem experiência na área de Agronomia – Agricultura, com ênfase e produção de plantas, fertilidade e nutrição de grandes culturas E-mail para contato: nataliatrajano@bol.com.br

Nelma Baldin Professor da Universidade da Região de Joinville - Univille; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade da Região de Joinville - Univille; _Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina; _Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina;_Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP;_Pós Doutorado em História da Educação pelas Università Degli Studi di Roma e Università Degli Studi di Bologna (ambas na Itália) e pela Universidade de Coimbra (Portugal); _Grupo de pesquisa: Produção do conhecimento e sensibilização ambiental _E-mail para contato: nelma@linhalivre.net

Paulo Ricardo Cosme Bezerra Professor da Universidade Potiguar; Graduação em Estatística, Administração e Marketing. Doutor em Ciência e Engenharia do Petróleo na área de Engenharia de produção pela UFRN. E-mail para contato: paulorcbezerra@gmail.com

Paulo Sérgio Uliana Junior Recém-formado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduação sanduíche no mesmo curso na University of Hull, Reino Unido, no ano de 2013, com desenvolvimento de trabalho de simulação em Armazenamento de Energia por Ar Comprimido. É atualmente membro do Laboratório de Bioengenharia do Departamento de Engenharia Mecânica da UFMG (LABBIO). Interesse no campo de energias renováveis, tratamento de água e bioengenharia.

Pedro Pierre da Cunha Filho Graduado em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR.

Raiane da Silva Rabelo Técnica em Secretariado - Instituto Federal de Roraima e Graduada em Gestão Ambiental - Centro Universitário Estácio da Amazônia -Membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente - CJ/RR - Boa Vista/RR - email: raiane_rabelo@hotmail.com

Raimundo Miguel da Silva Neto Bacharel em Ciências e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semi Árido no ano de 2016, e graduando no curso de Engenharia Civil pela Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA).

Renan Fabrício Proinelli Graduação em Engenharia de Produção Mecânica pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: Manufatura e Meio Ambiente; E-mail para contato: renann_p@hotmail.com

Ridaj Sousa Silva Graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Rondônia -UNIR; E-mail para contato: ridajsousa@gmail.com

Rodrigo Sanchotene Silva Graduação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, mestrado e doutorado em Engenharia: área de concentração Ciência e Tecnologia de Materiais pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e Materiais

- PPGE3M da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), possui experiência na área de engenharia e química na produção de biocombustíveis, tratamento de efluentes, resíduos sólidos e na produção de revestimentos protetores e tintas contra corrosão.

Rosiane Costa dos Santos Graduada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia - Boa Vista/RR.

Sandy Bernardi Falcadi Tedesco Girotto Graduação em Engenharia Ambiental - UDESC/CAV. Bolsista (FAPESC/SC) de Mestrado em Ciências Ambientais - UDESC/CAV. E-mail: sandy_girotto@hotmail.com

Sérgio Horta Mattos Professor do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA). Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialização em Gestão Ambiental pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Grupo de pesquisa: Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gestão Ambiental da UNICATÓLICA

Therezinha Maria Novais de Oliveira Professor da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade da Região de Joinville; Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina - (UFSC); Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - (UFSC) ; Doutorado em Engenharia de Produção na área de gestão da qualidade Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina - (UFSC); Pós Doutorado No Instituto de Hidráulica e Saneamento pela Faculdade de Engenharia do Porto - FEUP da Universidade do Porto - Portugal ; – Grupo de pesquisa: Toxicologia e Gestão Ambiental; Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 pelo CNPq; E-mail para contato: therezinha.novais@univille.br

Thianne Silva Batista Graduação em Química Industrial pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestrado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; Doutoranda em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); E-mail para contato: thianne.siilva@gmail.com.

Valdete Campos Silva Graduação em Química Industrial pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestrado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; Doutoranda em Engenharia Química pela Universidade Federal de Campina Grande; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); E-mail para contato: valdetecampossilva@hotmail.com.

Valter de Souza Pinho Professor do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA). Graduação em Administração pela Universidade CAPITAL (SP) Mestrado em Administração pela Universidade FUMEC – MG. Doutorando em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Grupo de pesquisa: Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gestão Ambiental da UNICATÓLICA

Vanessa de Freitas Cunha Lins Possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980), mestrado em Engenharia Metalúrgica e de Minas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987) e doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Minas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994). Realizou o pós-doutorado na Universidade de Brasília no tema corrosão de armaduras em concreto. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da UFMG. Possui 80 artigos publicados em periódicos e 124 trabalhos em anais de congressos nacionais e internacionais. Já orientou trinta e quatro Dissertações de Mestrado como orientador principal e quatro Teses de Doutorado. É Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química. Membro do Corpo Editorial do periódico Surface Engineering e do periódico Matéria, e revisor de periódicos como Corrosion Science, Journal of Applied Polymer Science, Journal of the Brazilian Society of Mechanical Sciences and Engineering, Waste Management, Fuel, Hydrometallurgy, Journal of Materials Science, Surface & Coatings Technology, Construction & Building Materials, e Journal of Polymer Research. Tem experiência na área de Engenharia de Materiais e Metalúrgica, com ênfase em Corrosão, atuando nos seguintes temas: corrosão atmosférica, oxidação à altas temperaturas, eletrodeposição, eletrólise, aspersão térmica, revestimentos poliméricos e compósitos depositados em aços, fotodegradação de polímeros, envelhecimento de asfalto, técnicas eletroquímicas aplicadas ao estudo da corrosão. Dentre os prêmios conquistados citam-se o 1o Lugar na etapa latino-americana do Latin Moot Corp, Venture Labs Investment Competition (VLIC) em 2012 e 11º Lugar na etapa mundial da Global Venture Labs Investment Competition em 2013, 1º Lugar no Concurso Mãos à Obra - MINASCON 2012, SICEPOT-MG, FIEMG, Prêmio Vicente Gentil - Melhor trabalho oral da 11a Conferência sobre Tecnologia de Equipamentos (COTEQ), Associação Brasileira de Corrosão (2011), Prêmio do 30o Congresso Brasileiro de Corrosão e 3rd International Corrosion Meeting, Associação Brasileira de Corrosão (2010), Outstanding Paper Award Winner, Emerald Group Publishing Limited (2009), Prêmio ABM-BRASIMET, BRASIMET e Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais (1987), Prêmio José Gonçalves-Medalha de Ouro, Universidade Federal de Minas Gerais (1980).

Victor de Almeida Araújo Professor-substituto da Universidade Estadual Paulista em 2015 e Professor em Treinamento em Docência da Universidade de São Paulo em 2016; Engenheiro Industrial Madeireiro pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Itapeva; Doutorado-Direto em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo (USP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

(ESALQ); Grupo de pesquisa: Desenvolvimento de Produtos Lignocelulósicos (LIGNO); E-mail para contato: victor@usp.br.

Warlen Librelon de Oliveira Possui graduação em Engenharia Ambiental pelo Centro Universitário Newton Paiva (2014). Tem experiência na área de licenciamento ambiental com estudos e análise de impactos. Atualmente pesquisador pela Universidade Federal de Minas Gerais com desenvolvimento de produtos sustentáveis, análise de degradação de polímeros e tratamento de águas cinzas através de sistemas alagados. Mestrando no curso de engenharia mecânica pela mesma universidade com foco em análise e caracterização de odores veiculares. Trabalhou com desenvolvimento de sistemas computacionais entre 1989 e 2014. Participou da fundação e trabalhou como voluntário no Instituto Biogol de mobilização socioambiental. Lecionou durante 14 anos em cursos técnicos.

Washington Moreira Cavalcanti professor universitário desde 2001, cursando Doutorado em Engenharia Mecânica na UFMG, Mestre em Administração de Empresas (Logística), diplomado MBA em Marketing, Pós-graduado em Informática em Educação. Graduado em Desenho Industrial pela Universidade do Estado de Minas Gerais e Administração de Empresas pela UNINCOR. Docente universitário nos cursos de administração, engenharia de produção e professor em cursos de Pós-Graduação em logística e gestão de projetos. Vasta experiência em gestão da inovação, responsável por projetos e provas de conceito em áreas diversas como: Gestão da Cadeia de Suprimentos – Supply Chain Management; Gerenciamento de Materiais; Logística reversa; Gerenciamento de Projetos – PMO e Gerenciamento de conteúdos de mídias eletrônicas, Gestão de Processos – Process Management; Recomendações Técnicas. Responsável pelo processo burocrático para contratação de fornecedores, análises de contratos, supervisão e controle de projetos, planejamento da inovação e estratégico, indicadores e métricas, índices de capacitação, orçamento

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-72-1

